

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1995

ARLINDO VICENTE. O HOMEM E O POLÍTICO

Arlindo Augusto Pires Vicente nasceu em 5 de Março de 1906, no Troviscal, uma pequena freguesia do concelho de Oliveira do Bairro, coração da Bairrada, no Distrito de Aveiro. Seu pai, lavrador de recursos escassos, e sua mãe de família mais instruída, da mesma região, deram-lhe, bem como aos seus irmãos, uma formação tradicional. Consigo sobreviveram cinco irmãos. Estes fizeram os seus estudos secundários no liceu de Aveiro tendo Arlindo Vicente e outros dois alcançado uma licenciatura na Universidade de Coimbra. Dois faleceram muito jovens, vítimas de pneumónica que, na região, dizimou muitos elementos, em várias famílias.

Educado em Aveiro

De uma carta dirigida por Arlindo Vicente ao Juiz Corregedor do 1º Juízo Criminal de Lisboa, em 1 de Fevereiro de 1962, quando se encontrava preso, em Caxias, no Reduto Norte, daquele sinistro estabelecimento prisional, transcrevemos um trecho onde o retratado nos fornece alguns dados sobre o que foi a sua juventude, a sua educação em Aveiro — cidade cujo ambiente humano, político e social tanto o cativou — a razão de ser da escolha dum curso e a sua ida para Coimbra para aí completar a sua formação académica.

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

"[...] Do Troviscal partiu meu pai para o Brasil pela 2ª vez, já homem feito e lá amealhou o *quatum satis* para uma vida suficiente. Casou então com minha mãe que nascida na mesma região, pertencia a uma família mais intelectualizada do que a sua, que era quase exclusivamente de lavradores.

Nascemos cinco irmãos, ou melhor subsistimos, cinco irmãos, dos quais duas raparigas. Convictos na sua fé, honrados no seu procedimento, determinaram meus pais que os seus filhos fossem educados na sua fé católica e também nos conhecimentos da cultura oficial.

Crianças ainda fomos todos para o liceu de Aveiro, a vinte quilómetros. Meu pai possuía propriedades rústicas, como base de uma posição financeira que a guerra 1914/18 e as despesas da família fizeram diminuir, tendo ele de voltar a um trabalho aturado sobre as propriedades herdadas, o que fez com a melhor generosidade. Porém, o vinho da Bairrada, quase a única produção, desceu de preço tão aviltantemente que esses anos foram árduos. Meu pai era demasiadamente honesto para transigências. Esses anos foram-lhe demasiado pesados e faleceu precocemente. Por demais, a vida política e social portuguesa era dura. E meu pai, pela sua fé religiosa e pureza moral, foi vítima de atropelos, mas devo aqui dizer, sempre os seus adversários respeitaram a sua dignidade e liberdade.

Aveiro, a vinte quilómetros da minha aldeia, é uma cidade limpa, arejada e liberal, religiosa e politicamente. Os mesmos homens organizam imponentes procissões e intransigentes manifestações pela liberdade. Ali fui educado — grandes e saudosos professores e notáveis exemplos humanos! Aprendi a amar a liberdade e a respeitar o próximo e a defender os humildes.

Entretanto, meu irmão mais novo, que havia de falecer jovem e distinto professor do ensino secundário, foi para o seminário de Coimbra, donde saiu com a doença que o havia de aniquilar.

Seguidamente, com meu irmão mais velho, que hoje é médico, matriculei-me em Medicina, em Coimbra. Logo percebi que não era profissão para mim. As dores físicas parecem-me bem menos importantes do que os sofrimentos morais, por um lado. Por outro, chocava-me olhar a beleza física esmagada pela doença e pela velhice. E pior do que tudo, teria que olhar a morte como fatal e irremediável, porque ela acompanha a vida desde o nascimento. Tudo isto me afasta daquela profissão: ora, a fé na Lei e na Justiça, seduziram-me irremediavelmente.

Por demais, muitas vezes na amargura da vida dos meus vizinhos da aldeia — e tantos e tão injustos se lha impunha, — eu lhes ouvi dizer: 'Pois então vamos lá para o Tribunal e lá se vê quem tem razão!'. Esta fé cega na justiça, único farol e guia, única defesa humana

de interesses e respeitos, pequenos embora, mas para eles do tamanho das suas vida, encheu a minha juventude. A justiça era o Juiz e o Juiz era a virtude intangível, a pureza, o absoluto. O Juiz imporia os direitos dum mendigo ao mais prepotente senhor.

Tal caminho aliciou-me. Que mais poderia eu desejar que ganhar o meu pão ao serviço de uma causa tão nobre que "dá o seu a seu dono" e defendia todos — defendia todos os homens — e garantia a honra e a liberdade, contra todos os prepotentes?

Vim para Lisboa, matriculei-me em Direito. No começo do terceiro ano casei-me. Orgulhosamente o digo, casei por amor, que, apesar da pobreza, resistiu exuberantemente a todos os flagelos.

No 4.º ano do curso, regressei a Coimbra onde minha mulher era aluna do último ano de Farmácia; e se o não fiz ainda no 3º ano foi porque a lei que permitia as transferências já, então, funcionava para os outros. Mas aqui vale recordar que há muito perdoei ao homem que, sendo então director da Faculdade, antes de morrer teve a grandeza de me pedir desculpas."

Paralelamente com os estudos de direito, Arlindo Vicente, quer em Coimbra, quer em Lisboa, onde permaneceu, por esse tempo, dois anos, dedicou-se com afinco às artes plásticas e muito deve ter aprendido com alguns dos seus colegas e contemporâneos: João Gaspar Simões, Pierre Hourcade, Vitorino Nemésio, Afonso Duarte, Miguel Torga, José Régio, Júlio, António Pedro, Menano, Edmundo de Bettencourt, Bugalho e tantos outros. Desses contactos, desse convívio e da amizade que aí se estabeleceu subsistem, hoje, excelentes retratos, óleos e carvões, suficientes para formar uma "galeria" da geração intelectual dos anos 30, em Coimbra. Aí colaborou em jornais e revistas entre as quais *A Presença* de que foi um dos ilustradores e elaborou cartazes, alguns para as festas da Queima das Fitas. Em 1927, com 21 anos, organizou o Iº Salão de Estudantes, onde expôs cerca de 20 obras plásticas. A sua veia artística cedo se tinha declarado pois encontramos, por si desenhada, quando tinha 14 anos, a capa de um livro da autoria de José Pereira Tavares, latinista e antigo Reitor do liceu de Aveiro. Alguns dos seus desenhos, de temática social, serviram de ilustração, durante vários anos à Iª série da revista *Vértice* que de 1942 a 1975 constituiu uma das poucas revistas culturais portuguesas que albergava nas suas páginas a prosa e os desenhos de muitos escritores e artistas adversários ao regime.

Entre o Direito e a Pintura

Em Lisboa, para onde Arlindo Vicente se deslocou nos finais dos anos 30, depois de ensaiar os primeiros passos como advogado em Anadia tentou prosseguir uma carreira artística. Aqui com Maria Eloy, Arpad Szenes, Vieira da Silva, Heinz Semke, António Pedro, Almada Negreiros, Diogo de Macedo, Tagarro e outros, expôs nas galerias UP e nos salões da Casa Quintão e foi organizador e expositor do I^o Salão de Independentes. Simultaneamente colaborou n'alguns jornais, quer como ilustrador, caso da I^a série de *O Diabo* quer como articulista, tendo deixado alguns artigos na *República*, *Diário de Lisboa*, *Ler*, etc. Em Lisboa, tentou, impor-se no campo artístico. Entretanto, surge António Ferro e, com ele, um novo tipo de acção cultural. Quase todos os seus companheiros aderem. Arlindo Vicente, por orgulho, sentido de independência, temperamento e, fundamentalmente, por não desejar aceitar favores do regime, recusa a protecção. Só lhe resta uma saída para prover ao sustento dum família que crescia — o exercício da advocacia como única via para a sobrevivência. No fim, era a profissão que escolheu ao formar-se em Direito. A Segunda Grande Guerra aproximava-se:

"Continuei a minha vida. Passei algumas dificuldades, serena e orgulhosamente [...]. Mas orgulho-me hoje de todas essas negativas e de poder olhar serenamente a minha consciência. Nasceram-me três filhos que baptizei onde me casei, na Igreja de Sangalhos, terra natal de minha mulher. Eduquei-os modesta mas dignamente, até ao fim dos seus cursos superiores. Minha mulher ajudou-me sempre. Procurei libertá-la de maiores obrigações, através de uma vida de trabalho brutal.

Não tive lugares públicos. Os de concurso de provas públicas eram adiados *sine die* quando concorri; eram sempre preenchidos por pessoas mais bem relacionadas do que eu. No entanto, não guardo reservas. Compreendi e perdoei. Passei privações, talvez, mas meus filhos nunca as passaram. Sempre ganhei a vida com honra. Fui sempre um homem livre. Abri escritório quatro vezes, sozinho. Mas quando chegou a hora, comecei a minha profissão em cheio, para todos, ricos e pobres com ou sem dinheiro, bastando que eu me convencesse que tinham razão. Vão lá muitos anos de excessivo trabalho que deixaram rasto profundo e inimigos implacáveis."

Conhecido então nos meios artísticos onde angariou projecção como pintor, foi obrigado a prover ao seu sustento numa profissão liberal depois de várias tentativas goradas de se impor como pintor

sem aderir ao compadrio do S.P.N. e de se negar a ser "protegido" por Antonio Ferro, como a maior parte dos seus companheiros de actividade artística.

Os anos 40 e parte dos 50 passou-os, assim, Arlindo Vicente, ocupando-se fundamentalmente, da sua profissão de advogado. Não descurou, contudo, apesar das características absorventes do seu trabalho, o convívio intelectual com os amigos que, entretanto, fizera em Lisboa, bem como as suas actividades artísticas. Estas exerciam-se, quer em postos directivos na *Sociedade Nacional de Belas Artes* (S.N.B. A.), quer colaborando, anualmente, nas exposições que, no decorrer, deste período, aí se realizavam. Esses salões de artes plásticas, concorrendo com os organizadores pelo *Secretariado Nacional de Informação* (SNI), trouxeram-lhe vários dissabores. São conhecidas as perseguições que, amiúde, eram exercidas pelas forças policiais, aquando de exposições que patenteavam obras de autores não afectos ao regime. Imagens eventualmente chocantes aos olhos da censura levavam a apreensão de quadros e a portas seladas. Interrogatórios policiais e detenções eram preço corrente pago por alguns dirigentes e artistas que na S.N.B.A. apresentavam as suas obras.

Continuou, assim, Arlindo Vicente, a desenhar e a pintar, aproveitando curtos intervalos da sua árdua profissão. Tomou-se, por algumas décadas, um "pintor de domingo" não deixando, no entanto, de anualmente, concorrer às "Exposições Gerais de Artes Plásticas", com duas ou três obras da sua autoria. Mais tarde, já na década de 70, requereu a sua reforma à Ordem dos Advogados e, nos seus últimos anos de existência, voltou à pintura em exclusividade conseguindo, assim, fazer duas exposições individuais no Salão Nobre da *Sociedade Nacional de Belas Artes*. Apresentou em cada certame, mais de uma centena de óleos (1970 e 1974). Também, durante o período decorrente entre os finais dos anos 30 e 1960, foi frequentador de duas importantes Tertúlias literárias da época. A do Café Chiado:

"Lá estava a coqueluche dos novos intelectuais de então [...]. Ali se juntavam os irmãos Tinoco (o mais velho, António, fundador em 1945 do *Diário Popular* e entusiasta partidário de Rolão Preto [...], António Pedro, António Botto e João Villaret, o jornalista José Augusto, que iria viver em Paris, os escultores António Duarte e Martins Barata, o talentoso e apagado Luís Areosa, falecido cedo, o caricaturista (ainda hoje o *show* de talento caricatural do *Diário Popular* com o seu 'Riso Amarelo' penso que desde a fundação deste vespertino) José de Lemos e, entre muitos mais, o brilhante pintor e, mais tarde, conceituado

advogado, Arlindo Vicente que, em 1958, na campanha para Belém de Américo Tomás, se candidatou, ou o candidataram pela oposição ao Estado Novo. Fiquei um pouco surpreendido ao tempo, pois julgava-o apolítico, embora conhecesse a sua aversão, mais de índole de antipatia pessoal contra Salazar. Homem digno de carácter, sempre senti por ele a mais sincera atracção espiritual e moral. Acompanhei, na altura, com natural interesse a campanha durante a qual aparecia a 'vedeta' turbulenta de Humberto Delgado. [...] levando Arlindo Vicente a afastar-se, humilde e discretamente para lhe dar a 'alternativa'. Estava assim criado o caso Delgado".

(João Patrício "O meu amigo Arlindo Vicente e o passado que ficou", *Correio da Manhã*, 20.10.90).

Os nomes, citados in João Patrício, patenteiam a diversidade, ideológica e moral, dos componentes desta tertúlia onde Arlindo Vicente se inseriu, e constituem clara referência sobre o seu tipo de convívio. "As ideologias não devem separar os amigos" — regra por si consagrada e seguida em toda a sua existência.

Mais tarde, durante os anos 50/60, frequenta outra Tertúlia — a do Café "Veneza" na Avenida da Liberdade. Aí pontificavam Ferreira de Castro, João de Barros, Joaquim Manso, Álvaro Salema, Câmara Reis, Assis Esperança, Roberto Nobre, Mário Domingues, Julião Quintinha, Augusto Casimiro e tantos outros por quem Arlindo Vicente sempre manifestou o maior apreço. Dessa Tertúlia ficou o que foi talvez o seu maior amigo de sempre, o escritor Ferreira de Castro.

Defensor dos presos políticos

No exercício da sua actividade profissional Arlindo Vicente tornou-se um dos mais participativos advogados na defesa dos réus acusados de crimes de natureza política. Desde cedo, início dos anos 50, até à sua última prisão, nos finais de 1961, é constante a sua actuação nos Tribunais Plenários, tribunais de excepção, cuja actividade ainda hoje é carente de uma história que perfile com exactidão a sua existência nefasta e sinistra, prosseguida até ao 25 de Abril. Aí ficaram célebres nomes de juízes e delegados do Ministério Público, prestando altos serviços ao regime, na eliminação dos seus opositoristas mais actantes, apresentando-se como grosseira excepção às tradicionais e requeridas virtudes de independência, que devem prevalecer no

exercício da magistratura. É, pois, natural, o repúdio e consequente combate de Arlindo Vicente a este tipo de tribunais.

Deve acentuar-se que, Arlindo Vicente, no seu exercício profissional, se habituou a considerar os juizes como os mais dignos garantes da defesa dos mais elementares direitos humanos, não perdendo a oportunidade de os elogiar pela sua dignidade, sentido de sacrificio e independencia. Poucos, infelizmente, foram os advogados com coragem para enfrentar este tipo de tribunais. Lembram-se, entre outros Salgado Zenha, Heliodoro Caldeira, Mário Soares, Lucilia Miranda Santos, Humberto Lopes, Fernanda Abranches Ferrão, José Henriques Vereda, Cunha Leal, Manuel João da Palma Carlos, Avelino Cunhal, José Magalhães Godinho, Duarte Vital, Querubim Martins, Duarte Turras, mais tarde, Jorge Sampaio, Victor Wengorovius, Jorge Fagundes e poucos mais. Arlindo Vicente, a título gratuito e por anos dilatados, aí foi defensor de inúmeros réus, alguns hoje com funções proeminentes na vida política nacional. Durante um desses julgamentos, em 25 de Junho de 1956, sendo réus Fernando Pais, Lopes Cipriano, Silva Martins e David de Carvalho e advogados Luís Saias, Palma Carlos e Avelino Cunhal, para além de Arlindo Vicente, este último revoltando-se contra a prepotência do juiz desembargador presidente do Plenário em relação a uma audição de testemunhas, verberou e abandonou o tribunal. Embora não tendo sido sujeito a procedimento criminal, foi julgado pelo Conselho Disciplinar da Ordem dos Advogados, após participação do Tribunal. Valeu-lhe a circunstância dos seus colegas terem sido solidários com a sua atitude, procedendo de feição idêntica. A Ordem dos Advogados, então presidida pelo Dr. Pedro Pita acabou por arquivar o processo. Os jornais da altura chamaram e classificaram este incidente de "caso insólito nos tribunais portugueses". Prossegue Arlindo Vicente na sua carta: "O Governo queria eleições. Talvez desejasse abandonar constitucionalmente o Poder a outras mãos. Depois de muitas meditações, em respeito pelo passado da minha Pátria e pelo seu futuro como homenagem à sua História, senti que era meu dever lutar para que Portugal pudesse ser respeitado e fosse digno de sobreviver. Fi-lo empunhando a História e a Constituição. Tão eloquentes eram já as circunstâncias que bastariam para as aclarar as minhas humildes qualidades".

Em 1957, ano de eleições legislativas, Arlindo Vicente tinha sido candidato pela Oposição Democrática às eleições para deputados. A

oposição, mais uma vez, não chegou às urnas por não lhe serem reconhecidas as condições mínimas de liberdade, tendo em vista uma igualdade de oportunidades de propaganda e facilidades idênticas às que eram concedidas aos candidatos da União Nacional.

A oposição de Arlindo Vicente a Salazar e ao regime vinha de longe. Atento ao desenrolar político, educado nos princípios liberais do respeito pelo próximo, não se compatibilizava com a sua personalidade de artista e com a sua sensibilidade social, um homem com o tipo e formação de Salazar. No todo desse personagem existia um contraste abissal com o posicionamento vital de Arlindo Vicente: extrovertido, com um profundo sentido das fraquezas e grandezas humanas, lutador pela justiça e equiparação dos direitos, entusiasta do convívio social. O partido único, incompatível com as mais elementares características democráticas, o autoritarismo contrário a uma livre adesão às instituições, a desigualdade de direitos, obrigações e acesso social, não se compatibilizavam com a índole de Arlindo Vicente que só compreendia, aceitava e respeitava a lei acatando as suas decisões, desde que expressas pelo órgão legais de soberania nacional.

Assim, por estes princípios pautou a sua vida até ao limite das suas forças. Em Salazar encontrou desde a sua juventude, todas as características de personalidade que o contrariavam. É curiosa a sua descrição do então Presidente do Conselho:

"[...] — Lembro-me de, logo no momento da aparição política de Salazar, ter feito um comentário que ainda hoje um familiar me recorda. Tinha eu 20 anos: *Este homem não nasceu para salvar alguém*. Aliás, o que dessa personagem se dizia em Coimbra, o seu tipo de educação, todas as características de personalidade que, já na altura, se manifestaram num ou noutro episódio decorrente do exercício da sua profissão de professor da Universidade, não se coadunavam, de forma alguma, com a minha maneira de ser. No entanto, por não ser, por natureza, um homem desconfiado ou de preconceitos, fiquei na expectativa, mas, confesso, que sem grandes esperanças. Os seus primeiros actos públicos, as atitudes de início (refiro-me aos anos decorrentes entre o seu aparecimento na vida pública e 1933), conseguiram ocultar uma realidade que só se define um pouco mais tarde. Aí comecei a estar atento às circunstâncias que me levaram, através da vida, a acentuar essa posição: os compadrios, a corrupção consentida, o começo da destruição de alguns idealistas ou não, mas homens honrados que conheci, só pela simples razão de discordarem do regime que se ia fundamentando, o esmagamento dos direitos individuais do

ser humano, a acentuação das perseguições de todo o tipo, por motivos ideológicos, a manutenção do subdesenvolvimento que era, aliás, uma característica da nossa história, a não solução dos problemas económicos na perspectiva duma repartição justa dos recursos nacionais.

Acrescenta-se a isto uma censura feroz e violenta a todos os meios de expressão o que, em si, considero ter sido o maior sustentáculo e a maior razão para o prolongamento dum regime de quase 50 anos, são razões que não podiam deixar de chocar profundamente a minha sensibilidade e acentuar a minha oposição a um tal regime. O facto de eu ter feito uma vida no campo artístico desde os meus tempos de liceu, o facto de, posteriormente, vir a exercer uma profissão com muito contacto humano, levou-me a conhecer e a profundamente observar as grandezas e misérias do ser humano, e, portanto, mais me senti obrigado a uma oposição e, mais ainda, uma oposição que, deliberei, fosse de acção". (Arlindo Vicente, "Evocação das eleições de 1958", entrevista de A. V. ao *Diário de Notícias* também pub. in *História Contemporânea de Portugal*, Estado Novo, Vol. II, pp. 92-95, dir. por João Medina).

Obrigado a uma oposição activa

Estava-se em 1958. Uma vez mais iria ser concedido ao Povo português uma remota, embora, possibilidade de ensaiar alguns protestos contra o regime que, com mais ou menos inserção, há 32 anos debitava o seu poder sem grande oposição ou, pelo menos, sem que os protestos dos descontentes lhe causassem danos de monta. Tudo indicava que, sem grandes sobressaltos, Salazar e os seus apoiantes saíssem airosamente de mais uma manifestação condescendente de liberdade que o regime confiante, ciclicamente, oferecia desde que, com o fim da guerra em 1945, o seu chefe, somara aos benefícios da "sábia" administração financeira, as honras de haver preservado os portugueses dos horrores dessa contenda mundial.

Efectivamente, a oposição consubstanciada pelas forças comunistas indefinia-se, no âmago das suas lutas, tentando organizar-se, acoçada por desvios, dogmatismos, críticas intemas, ajustes, emparceiramentos nos partidos irmãos que sobreviviam pela Europa e, principalmente, postas quotidianamente à prova pela polícia política. Por vezes, nos finais dos anos 40 e no decorrer da década de 50, saía da clandestinidade para apoiar ou apadrinhar um ou outro movimento oposicionista, imiscuindo-se nesses sectores e aproveitando os descontentamentos que, adormecidos, emergiam numa tentativa de legalização, caso do "Movimento de Unidade Democrática" (MUD)

ou apoiando candidatos que, distantes de qualquer possível filiação, se erguiam nos curtos períodos de pseudo liberdade. Se no caso da candidatura de Rui Luís Gomes, em 1951, era flagrante a organização e militância dos comunistas, noutras eleições, como as que elevaram à ribalta Norton de Matos e Quintão Meireles, em 1949 e 1951, esse apoio oferece-se menos visível. No primeiro destes candidatos, então já afastado da Universidade do Porto por motivos políticos, fez-se notar a acção do chamdo "Movimento Social Democrático" de feição e acção notoriamente comunista. A sua candidatura acabou por não ser aceite pelo Supremo Tribunal de Justiça por "não oferecer as condições necessárias" para a sua elegibilidade. Norton de Matos, dois anos antes, fora o candidato escolhido pelas forças conservadoras que se opunham ao regime. Notória e declaradamente anti-comunista, antigo governador de Angola, ministro das colónias na República, impulsor da intervenção portuguesa nos campos de batalha da Flandres, em 1917 e 1918 e, mais tarde, embaixador de Portugal em Inglaterra, acabou por apresentar a sua desistência por não ver assistidas as suas reclamações. Na sua esteira, Quintão Meireles, candidata-se à Presidência da República em 1951, após a morte de Carmona. Igualmente vilipendiado e atrozmente diminuído, verificando que nenhuma das promessas dos governantes do Estado Novo, conducentes à realização de eleições livres, eram cumpridas, acaba por desistir. Era, como o seu antecessor, um oficial general. Em carta ao Presidente do Conselho formalizando essa sua vontade não deixa de exarar palavras bem significativas: "[...] Perdidas todas as esperanças de alcançar a liberdade de propaganda [...] não dispõe dos meios mais elementares de comunicação com o povo [...] . Não será, pois, desta vez, apesar de profunda emoção causada em todo o país pela organização, quase espontânea, de uma força irreprimível de opinião, que haverá eleições livres em Portugal. Assim o Presidente da República será nomeado por mera formalidade eleitoral".

Ambos estes candidatos representam uma ala democrática liberal e conservadora que, pondo em causa os abusos situacionistas jamais, nos seus "manifestos", atacaram os fundamentos institucionais do Estado Novo, pediram a autodeterminação dos territórios sob administração portuguesa ou incitaram as massas populares à revolta ou a qualquer abrupta mutação. Pelo contrário, Rui Luís Gomes, no plano das liberdades fundamentais, propunha-se lutar pela amnistia a todos os presos políticos, reintegração dos funcionários públicos afastados, abolição da censura, supressão da polícia política, extinção

do Tarrafal, revogação do Decreto de Medidas de Segurança ou extinção dos tribunais plenários, "tocando" assim, e incisivamente, nalguns dos suportes fundamentais do regime então vigente. Se os primeiros, já muito idosos ao tempo das suas candidaturas não usufruíram de nenhuma das melhorias que então reivindicaram, Rui Luís Gomes que, aquando da sua temerária aventura, foi espancado e viu os seus comunicados cortados pela censura, conseguiu, ainda, e após anos de exílio, readquirir as funções públicas das quais fora demitido e usufruir, em liberdade, os bens que, ideologicamente, então propusera.

No interregno temporal que nos leva a 1958 algo se produziu no país, no âmbito social e político que, com certeza, alertou alguns políticos mais avisados do regime imposto pelo 28 de Maio. Efectivamente, na década de 50, cimentam-se alguns dissídios que preludiam uma nova era de inquietação no seio do regime: descontentamento nas forças armadas que, sob a tutela de Santos Costa, iniciavam um clima de discórdia e um latente mal estar a demonstrar que algo de novo poderia visionar-se, velhos militantes sobreviventes de partidos da República que engrossavam as colunas oposicionistas nelas se incluindo, também, sectores adstritos à monarquia e nacionais socialistas que não aceitam as directrizes salazaristas. No seio da própria Igreja, nos meios do catolicismo onde o Estado Novo tantos apoios colhia, acções isoladas de agentes do clero ou dos seus altos dignatários a preludiar um clima de descontentamento que, em breve sobressairia. Organismos aglutinadores das forças católicas, principalmente no seio da juventude operária ou estudantil, deram, nessa época, notas de indignação perante a recusa das liberdades e dos direitos humanos mais elementares. O próprio "Centro Académico de Democracia Cristã" que, desde a sua juventude, quando em Coimbra, Salazar venerava por aí se irmanar nesse sustentáculo defensor das ideias que perfilhava, recalitra no apoio a leis limitadoras da liberdade associativa reclamado por estudantes universitários.

Ainda antes das eleições de 1958, marco decisivo na viragem do regime, sinal transparente do começo do seu declínio, aviso solene do desgaste provocado por 32 anos de regime de partido único, o Partido Comunista, único que ultrapassava as "folhas volantes" do descontentamento, através de acções significativas inicia uma política de conciliação desses diferentes tipos de oposicionistas de esquerda e direita, católicos e ateus, monárquicos, saudosos da "velha" República e, até, situacionistas ultrajados e desgostosos, num processo da "unidade" de todos os descontentes para através das urnas, pelo

exercício do direito de voto que Salazar prometia oferecer, conseguir o derrube do regime.

Foi neste contexto que se deparou à imensa mole de descontentes uma nova oportunidade para, tenuamente embora, enfrentar o Estado Novo. Adivinhava-se, então, um novo confronto do tipo e na esteira dos actos eleitorais dum passado recente, um novo abanar na situação que, para muitos, se eternizava. O choque provocado pelas reivindicações da União Indiana, no respeitante aos territórios que aí se situavam sob a administração portuguesa, já provocara os seus atritos, num anúncio premonitório que, em breve, abalaria as estruturas dum bloco, para muitos, ainda coeso. O governo confiava, no entanto, num aparelho bem montado e sólidamente estruturado que, ao "lápiz azul" da censura e à eficácia da polícia política somava, ainda, um sector da justiça ainda carente de independência o qual, zeloso e eficaz, não hesitava na aplicação da sentença brutal aos que ousavam desafiar o governo de partido único.

Afastado da possibilidade de concorrer às eleições que iriam ter lugar, Craveiro Lopes, o sucessor de Carmona, vê o seu lugar de candidato preenchido por outra figura militar, o Almirante Américo Tomás, desde há 14 anos ministro da marinha com ampla folha de serviços devotada ao regime e figura capaz de garantir a continuidade do sossego pretendido para mais um mandato sem problemas. Clamava-se, nas tais "folhas volantes" a sua participação em negócios chorudos envolvendo a compra, em estaleiros belgas, de navios mercantes de passageiros de certo calado — "Vera Cruz", "Santa Maria" — que ilustravam a famosa "renovação da marinha mercante portuguesa" por acção do tão celebrado Decreto 100. A obra era-lhe atribuída.

Pela Oposição Democrática surge o nome de Arlindo Vicente, antes ainda, do anúncio da candidatura de Humberto Delgado. Outros nomes haviam sido propostos entre os quais o de Cunha Leal, velho inimigo de Salazar com copiosa e crítica obra escrita, desde os anos 30, contra o Chefe do Governo, anti-comunista de feição e formação no campo das fileiras da Iª República. Já idoso e sentindo-se doente declarou-se incapacitado para a luta política que se avizinhava. Arlindo Vicente, então com 52 anos, independente politicamente, que como já se afirmou alcançara alguma notoriedade, no campo das artes plásticas, no início do regime do qual sempre discordara, irá ser apoiado por forças ideológicas do mais variado tipo, não rejeitando qualquer delas, desde que opositoras ao regime. Daí, e porque, naturalmente, entre

essas se encontravam as do Partido Comunista, desde logo foi apelidado de candidato desse partido em que obviamente, não se filiara nem veio a filiar-se. Aliás, natural era essa designação se se considerar que, ao tempo, eram assim designados todos os que se opunham ao partido único, ao partido de União Nacional. Até Norton de Matos e Quintão Meireles haviam recebido esse apodo com o qual o Estado Novo classificava os que o contrariavam! Advogado e pintor, homem discreto como eram discretos todos os que, da sua geração, iniciaram a vida activa e não se acomodaram ao poder.

A censura apagava com eficiência o nome dos que não serviam a ditadura e a descrição era o dia a dia dos que, assim, optaram. No entanto, na "Sociedade Nacional de Belas Artes" onde exercia postos directivos e para a qual, elaborou os respectivos Estatutos, na assinatura dos manifestos que protestavam contra a situação do país e, principalmente, nos Tribunais Plenários onde, gratuitamente, com mais alguns companheiros, muito poucos, defendia os direitos dos que lhe caíam na alçada, aí, sim, não era discreta a sua acção, sendo, antes pelo contrário, destemida, ousada, actuante, desinteressada e notoriamente conhecida dos juízes e das polícias que, mais eficazmente, controlavam essas célebres e eficazes instituições do poder judicial. As tristemente célebres "medidas de segurança" que se aplicavam aos acusados de crimes políticos, as frustrações dos seus defensores perante injustiças gritantes, deverão ter impulsionado e contribuído para que Arlindo Vicente se dispusesse a enfrentar as adversidades que, qualquer cidadão esclarecido, adivinhava como certas.

Arlindo Vicente, no ano transacto, havia concorrido às eleições para deputados igualmente em representação da Oposição Democrática. Sem ambições políticas e com o único desejo de contribuir para uma mudança pela qual sempre lutara, aceitou o pedido que lhe foi feito. Em entrevista que concedeu ao *Diário de Notícias*, mais tarde, narra as circunstâncias que o envolveram.

Surge, pouco depois, a candidatura de Humberto Delgado — um jovem general — que, ao serviço do regime, havia conquistado louros merecidos, com um excelente curriculum em que sobressaíam as boas relações internacionais que adquirira, não só aquando das negociações para a cedência dos Açores à Grã-Bretanha durante a 2ª Grande Guerra, como, mais recentemente, quando ocupara o lugar de Adido Militar junto da Embaixada portuguesa em Washington. As suas, estrelas patenteando o mais elevado posto militar, o seu conhecimento intestino do regime, e, posteriormente, o vigor e valentia demonstrados

no decorrer da campanha eleitoral, em cujos comícios se apresentava fardado, serviram para aglutinar os mais indecisos, os tradicionais opositoristas desconfiados do seu passado, todos, enfim, os que desejavam a queda do regime e viam na sua posição, porte e atitudes a primeira luz dum horizonte enublado por experiências anteriormente falhadas. A própria mudança, que a si impusera, arrastaria tábios e inertes contagiados pela sua acção e pela verdadeira novidade que representava tão profunda viragem nos hábitos e costumes políticos da maioria dos portugueses adormecidos. Os homens do regime, naturalmente, não contavam com tão inesperada e brusca mutação. "A campanha de Humberto Delgado, iniciada em 10 de Maio de 1958, iria subverter completamente todos os cálculos e previsões, quer dos seus estrategas, quer dos responsáveis das restantes candidaturas na oposição ou no regime" (F. Rosas, "O Estado Novo 1926-1974", vol. VII, p. 527, in *Historia de Portugal*, dir. José Mattoso).

Humberto Delgado não era, necessariamente, pela sua ascensão profissional num regime de características militaristas e pelos elevados postos ocupados, figura discreta e pouco conhecida como a maioria dos que, sempre opositores ao regime, caso de Arlindo Vicente, viam o lápis da censura cortar toda a sua débil e obscura actividade pública.

Arlindo Vicente não conhecia Humberto Delgado, o que é natural se se atender aos percursos diversos traçados no passado por ambos os candidatos. No entanto e, desde os primeiros momentos, se colocou ao seu dispor ao constatar na sua presença e acção, a única possibilidade, depois de mais de 30 anos de ditadura, de ameaça grave ao consistente edifício que representava, ainda, o Estado Novo.

A campanha iniciou-se num clima de esforços conjugados, tendo os dois candidatos optado por fazer a sua "campanha de rua" nas principais cidades do país. Um partiu para o Norte e outro para o Sul, jamais coincidindo os seus comícios na mesma localidade. Se os liderados por Arlindo Vicente, que iniciou a sua campanha pelo Sul do país, foram um êxito extraordinário, atestado por inúmeros testemunhos e documentos gráficos do tempo, os de Humberto Delgado ultrapassaram, em entusiasmo e adesão, tudo o que jamais se previra. O abalo governamental patenteou-se na acção repressiva que, desde logo, se inicia.

Em 1958, havia surgido a oportunidade. Arlindo Vicente, homem maduro, vivido, cansado da ditadura, não poderia, sem trair os seus sentimentos, negar-se a uma actividade mais participativa. Assim, concorreu às eleições para a Presidência da República que iriam ter

lugar em 8 de Junho desse ano: as circunstâncias e razões que levaram à aceitação dessa candidatura e posterior desistência em favor de Humberto Delgado, descreve-a Arlindo Vicente com a máxima clareza:

"[...] Trazia no meu passado um caminho de lutas que tinham em vista um desejo de libertação dos meus compatriotas e, necessariamente, a dignificação do meu país. Eu estabeleci a minha candidatura à presidência pela oposição democrática. Os meus correligionários e amigos resolveram reunidos em Lisboa, na Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal, e depois de longas Assembleias em todo o País, apresentar o meu nome como candidato em representação dos membros da Oposição Democrática. Aceitei e comecei o processamento da candidatura e, seguidamente, as deslocações e comícios aos vários locais mais representativos e simbólicos do País — ao Porto, Beja, Coimbra, Faro, etc., depois de a minha candidatura ter sido, obviamente, registada no Supremo Tribunal de Justiça, como era legal, por cidadãos opositores ao regime. Eu, na altura, não conhecia a pessoa do General Humberto Delgado, que vim a saber, havia estado, ultimamente, como, funcionário ao serviço de Portugal, no estrangeiro. Os meus correligionários eram gente democrática, antifascista, alguns de velha data e todos com o desejo de destruir a opressão e aniquilamento do País. Instalámos os escritórios na sede da candidatura no Bairro do Arco do Cego, numa modesta habitação que em breve a PIDE assaltou e onde destruiu documentos, objectos de escritório e tudo o que entendeu, apropriando-se daquilo que, ainda hoje, não nos foi entregue. O general Delgado surge como opositor independente e instalou os seus escritórios de candidatura na Avenida da Liberdade. Aí estão os seus correligionários, muitos deles, como é óbvio, tradicionais lutadores antifascistas. Logo se faz constar que o general Delgado queria apoios militares como não só a sua posição hierárquica deixava transparecer e toda a sua força, boa vontade e grande desejo de destruir Salazar, consentia, antever. É normal que houvesse divergências em linhas de oposição entre a minha candidatura, aliás a primeira a ser estabelecida, e a do general. No entanto, pondo de lado essas possíveis e naturais discordâncias, havia, dada a situação, que tentar, mais uma vez, uma unidade, única forma de, dando mais eficácia a uma oposição, se chegar a qualquer resultado prático. Como é natural e dadas as razões que atrás aduzi para me candidatar, o meu interesse era o derrube de um regime, esse era também o interesse dos meus belos companheiros de luta e, nessa medida, e com a sua aquiescência e cōnparticipação, resolvemos unir as candidaturas para, na pessoa de um só candidato, se conseguir um resultado, senão eficaz, pois o regime continuou, conducente, pelo menos, a um abalo forte que, na altura, se verificou nas hostes do Dr. Oliveira Salazar e que,

efectivamente foi pronunciando, mais profundamente do que nunca, a aproximação do fim do regime caduco.

Havia que pôr de lado todas as divergências de ordem sociopolítica e, por mim, sem interesses de comando político mas, muito mais de salvaguarda dos anseios duma nação pletórica de problemas, não foi difícil abdicar de possíveis dissidências e colocar-me com afinco ao lado da única via capaz de derrubar o regime — a via da unidade que é a via da força na altura, como hoje, tão necessária.

Nós transformámos a candidatura da tradicional oposição democrática dum movimento nacional e único por uma libertação nacional". (D.N., *ibidem*)

A chamada campanha eleitoral foi, desde o início, terrivelmente, contrariada. Após a exteriorização por parte de Delgado, na sua inicial conferência de imprensa, no café Chave d'Ouro, do "obviamente demito-o" quando um jornalista o questionou sobre o futuro de Salazar, o governo e as suas autoridades tomaram atitudes brutais e inusitadas, mesmo considerando as características do regime. Desde antes da 2ª Guerra Mundial, no testemunho de quem viveu décadas de Salazarismo, que as forças de repressão não actuavam de tal forma. Por sua vez o facto de Arlindo Vicente ter afirmado, na sua primeira conferência de imprensa, que os problemas dos territórios sob administração portuguesa na Índia (Goa, Damão e Diu), deveriam ser resolvidos através de um plebiscito, causou uma brutal onda de perturbação e de insultos ao candidato, acompanhada de elaboração e de distribuição de folhetos a demonstrarem o seu cariz de traidor à Pátria. Só assim se justifica a actividade repressiva que se sucedeu durante o período que o governo concedeu de "liberdade" para a propaganda eleitoral.

"[...] Foram numerosos os processos utilizados: prisões dos membros de comissões em pleno período eleitoral, ameaças àqueles que cedessem uma sede para funcionamento dos serviços de candidatura, intimação e intervenção contínua da PIDE e outras polícias nesses edifícios. Havia assaltos em pleno dia, com prisões dos que ali se encontravam, censura ou retenção de todos os comunicados, limitação e impedimento da recolha de fundos, etc. Posteriormente, não consentiram que o papel para fabricação das listas das candidaturas oposicionistas e do governo fosse idêntico (D.N., *ibidem*) [...] E fiz uma campanha terrivelmente ameaçada, interrompida, limitada, com sucessivas prisões de colaboradores, violentada, deturpada com a intimidade flagelada, mas apesar de tudo — disso me orgulho — feita

com uma altura por quantos me acompanharam, e foram milhões de pessoas do mais puro e honesto da Nação, como se o meu País fosse — como tanto o desejo — o mais justo, civilizado e livre de todos. — Vem desta candidatura, o ódio e a perseguição que me são movidos — a mim e aos meus filhos, na sua vida de trabalho e nos seus sonhos de fé no mesmo trabalho; nos seus cursos; no ganho do seu pão quotidiano e do pão dos seus filhos. Não vou explanar-me e digo-o com profunda mágoa. Os meus filhos têm sido grosseiramente perseguidos, no meu e no seu País, só porque são honestos e são meus filhos. Mas deixemos isto". (Arlindo Vicente. *Carta* dirigida ao Juiz Corregedor do 1º Juízo Criminal de Lisboa, 1 de Fevereiro de 1962).

Mais tarde, já depois de 1974, Arlindo Vicente recorda novamente algumas circunstâncias vividas durante esse período eleitoral em que as medidas repressivas se substituíram à liberdade prometida. São expressivas as suas palavras a este propósito:

"Basta dizer que de uma comissão central formada por algumas dezenas de membros, com o fim de, nalguns dias, elaborar um plano de acção que se deveria ter realizado ao longo de anos, quinze dias antes das eleições restavam cinco ou seis; os outros tinham sido presos. O que pessoalmente me sucedeu no decorrer da 'campanha' eleitoral é quase inenarrável. Por exemplo: tinha uma sessão de propaganda marcada para o Coliseu do Porto às 21 horas e a polícia impedia-me de tomar o comboio em Lisboa, para aí me deslocar. Era geralmente o inspector Porto Duarte quem se encarregava destas missões. No decorrer da campanha eu e os meus companheiros encontrávamos Pides aos centos, por toda a parte; as estradas, cidades e vilas peçadas, como se ali tivessem espontaneamente nascido. Os que, fazendo parte das diversas comissões, conseguiram chegar ao fim, em liberdade, criaram a certeza que o futuro próximo era de perseguições e de prejuízos pessoais de toda a ordem". (D. N., *ibidem.*)

Um pacto firmado consolida boas relações com Humberto Delgado

É normal que se encontrem divergências ideológicas entre os dois candidatos. Formações diversas, actuações passadas em absoluta oposição política, assim o determinaria. No entanto, pondo de lado possíveis dissensões havia, dadas as circunstâncias, que tentar, a criação de um clima de unidade. Arlindo Vicente não hesitou na sua abdicação da promessa de chegar às urnas e resolveu, ouvidos os seus companheiros de luta, estabelecer negociações que levaram à assinatura

de um "Pacto" pelo qual se determinava que "as candidaturas passariam a trabalhar em conjunto e seriam representadas nas urnas pelo general Humberto Delgado, obrigando-se este a tornar efectivo o exercício de voto". As discussões para um entendimento tiveram lugar em Almada, no dia 30 de Maio de 1958. Nessa noite o mesmo foi, em casa de Humberto Delgado, reduzido a escrito e assinado. Na gíria situacionista esse acordo foi, ao tempo, descrito como o "Pacto de Cacilhas".

Vale a pena transcrever-se o que Arlindo Vicente afirmou sobre o assunto anos mais tarde:

"[...] as minhas relações com Humberto Delgado, até à minha candidatura, não existiam, pois eu, apesar das lutas e oposições determinadas desde Coimbra, só o conheci a partir da sua instalação na sede da sua candidatura na Avenida da Liberdade.

A partir desse momento, as minhas relações com o general foram sempre amistosas. Fizemos a campanha eleitoral separadamente com um objectivo comum: a instalação da democracia em Portugal.

Ocupados como andávamos na estruturação da nossa campanha para a qual tínhamos uns dias de pseudo liberdade, com prisões dos nossos principais apoios desde os primeiros dias, com ameaças constantes por parte de várias polícias, quase não tínhamos tempo para trocar impressões. Só com a aproximação da data das chamadas, na altura, "eleições" os nossos encontros se intensificaram, tendo em vista, fundamentalmente, um desejo de unidade para criação de maior força. De resto, é bem clara tal intenção no pacto firmado entre nós e Humberto Delgado. Essa necessidade de unidade acordada com o general Humberto Delgado também foi boicotada, pois se procurou evitar, a todo o custo, o encontro entre ambos. Inclusivamente, foi dada ordem à Polícia para me impedir de ir a Almada, local onde deveriam ser estabelecidas as discussões para o acordo. Efectivamente, mais tarde, um elemento da Polícia de Segurança Pública informou-me que essa instituição recebera ordem de obstar a esse encontro, o que, por circunstâncias, se não tomou efectivo. E foi assim, estruturada essa união que, na mesma noite e na casa de habitação do general Delgado, foi reduzida a escrito. Assim, entre a Oposição Democrática e a Oposição Independente, representada pelo general Humberto Delgado, foi estabelecida, por acordo de 30 de Maio de 1958, uma unidade de acção contra o Governo da ditadura. A partir daí, as candidaturas passariam a trabalhar em conjunto e seriam representadas nas urnas pelo general Humberto Delgado, obrigando-se este a tomar efectivo o exercício do voto" (D. N., *ibidem*)

A posição que neste caso tomou Arlindo Vicente demonstra de forma bem clara e com justeza a subordinação que a si próprio impôs, desprezando veleidades pessoais em honra de uma unidade de todas as sensibilidades políticas, tendo em vista o derrube da ditadura.

No acordo discutido em Almada e mais tarde firmado por ambos os candidatos, obriga-se Humberto Delgado no caso de ser eleito a: criar as condições imediatas da aplicação do artigo 8º da Constituição, a determinar o exercício de uma lei eleitoral honesta, a realizar eleições livres até um ano após a constituição do seu governo, a libertar os presos políticos e sociais e, finalmente, a iniciar medidas tendentes à democratização do país.

Arlindo Vicente, por sua vez, justifica junto dos apoiantes da sua candidatura a razão da atitude assumida. Em folheto que fez circular afirma os princípios que defendeu e continuará defendendo: "curso eleitoral até às urnas, não discriminação de raças, credos políticos e religiosos e unidade em torno de um programa democrático de governo". Aí se explica a razão do seu apoio ao general Humberto Delgado. Efectivamente a conjuntura política nacional demonstrara-lhe que essa candidatura "mediante a assimilação dos princípios que nortearam os diversos movimentos de luta pela democracia no nosso país, pode pela dignidade, coragem e noção do dever, conduzir com êxito a coligação dos interesses que opõem ao supercapitalismo monopolista representado pela oligarquia salazarista, todas as camadas populacionais [...]"

Naturalmente um sector, aliás diminuto, dos aderentes ao candidato independente, principalmente aqueles que no seio da sua comissão de candidatura foram colhidos pela surpresa dessa "união", afirmaram-se inicialmente descontentes com a possível adesão que daí poderia transparecer em relação ao Partido Comunista. Mal avisados estavam, no entanto, ao não se aperceberem que nas duas candidaturas se encontravam apoiantes de cariz diverso, de origens diferenciadas e de que em ambos, simpatizantes seja do Partido Comunista seja de sectores moderados ou radicais de oposição pontificavam nas respectivas comissões executivas. Se se tiver em conta a existência de alguns nomes que então aí surgem mais nos certificados que, três décadas após a imposição do regime, se diluíam contornos ideológicos num amplo consenso tendo em vista um fim comum — o derrube do Estado Novo. Assim se explica a geral aceitação e concordância que obteve o Pacto firmado entre os dois candidatos oposicionistas. Só a Igreja parece ter ficado preocupada com essa unidade. Efectivamente,

nas vésperas do acto eleitoral que teve lugar no dia 8 de Junho de 1958, foi publicado um "folheto" com tiragem de 50 000 exemplares onde se transcreve um editorial do periódico semanal *A Voz do Pastor*, órgão oficial da Diocese do Porto da qual era Bispo D. António Ferreira Gomes. Aí, sem indicações objectivas sobre em quem se deve votar, e em tom calmo, subtil e aconselhador, transparecem alguns "avisos". Um deles recorda o que Humberto Delgado escrevera anos atrás no seu *A Pulhice do Homo Sapiens*. Aí afirmara, efectivamente, não cultivar qualquer religião. N'outro cita afirmações nas quais Arlindo Vicente terá classificado a Concordata como "fonte de imoralidade" e recusa o possível "amesendamento" da Igreja ao Estado que, o mesmo candidato, teria afirmado. Cita, ainda, o seu congénere católico *Correio de Coimbra* onde um editorial elogiando a "circunspeção" dos depoimentos oposicionistas afirma em dado momento: "Só o Dr. Arlindo Vicente feriu os sentimentos católicos ao declarar o propósito de restaurar o divórcio". O Folheto da Diocese do Porto utiliza os considerandos da *Voz do Pastor* para concluir: "Se o Dr. Arlindo Vicente aderir ao general, desistindo, sobre este pesarão a ideologia e os propósitos daquele".

Desde a data das eleições — 8 de Junho de 1958 — até à morte de Humberto Delgado, alguns encontros e contactos se estabeleceram entre ambos os políticos.

Arlindo Vicente afirmou a propósito de Humberto Delgado:

"[...] Posteriormente, e no período que mediou até à sua saída do país, tivemos muitos encontros. Até ao fim da sua vida, mantivemos contactos estabelecidos com as dificuldades que são de calcular pelo facto de, tanto ele como eu, estarmos constantemente debaixo da alçada do olho vigilante da polícia. Logo que fui preso ele, então exilado, alertou o Governo Trabalhista Inglês, o Governo de Kennedy e o Governo francês de De Gaulle, sobre a miséria e perigosa situação em que me encontrava.

Alertou, também, organismos internacionais de defesa das liberdades individuais. E, por isso, aqui se deslocaram, aquando do meu julgamento, representantes do Palamento Inglês e outros enviados de organismos perante a má vontade do célebre juiz Caldeira, o presidente do Plenário durante muitos anos, homem que se gabava de comunhão diária... Assim, tornou-se um escândalo internacional a minha prisão e tiveram de me deixar sair, mas, para justificar dez longos meses de aniquilante detenção, houve juízes que me condenaram. Ficou-me do general Humberto Delgado a imagem de um homem digno, obstinado e valente cuja vontade indomável de libertar este país

da ditadura que, ele sabia, o destruiria, jamais foi desmentida. Ele odiava Salazar, a quem chamava 'o Torquemada português' e tinha até a grandeza de ter boa-fé e conviver lealmente com indivíduos que se vieram a revelar traidores e o levaram à morte. Humberto Delgado homem de uma só vontade e de um só parecer, lembro-me dele com o maior respeito pela sua memória. Há anos, logo que me foi possível, fui visitar, em Villanueva del Fresno, o seu túmulo. Ali depus os agora simbólicos cravos vermelhos. Não esqueço, jamais, que na véspera de se exilar e de fugir do seu país me foi procurar. Avisei-o, na minha casa, ao pé dum filho meu, que corria o risco de ser morto: assim foi! Queixava-se nesse dia, amargamente, de se sentir sozinho, de muitos que o apoiaram se afastarem dele, que estava à mercê da polícia e que poucos lhe valeriam". (D N., *Ibidem*)

A prisão nos "curros" do Aljube

Terminadas as eleições e concedidos os 25% de votos aos dois movimentos de oposição, então representados por Humberto Delgado, Arlindo Vicente voltou ao seu escritório, aos seus amigos não deixando de tomar parte em acções cívicas, protestos, petições ao governo, queixas contra prepotências exercidas sobre os seus clientes. Presidiu nesse e nos anos seguintes a comícios que tiveram lugar, em comemoração do 31 de Janeiro, no Coliseu do Porto, tendo sido, mais tarde, no ano de 1960, brutalmente agredido na cerimónia que, no cemitério do Prado Repouso, dessa cidade, normalmente era dedicada às vítimas desse histórico acontecimento. Passados cerca de 3 anos após as eleições e em vésperas de eleições legislativas, Arlindo Vicente é preso no dia 30 de Setembro de 1961, quando se dirigia da sua habitação para o seu escritório, por volta das 9 horas da manhã. O célebre Chefe de Brigada Sílvio Mortágua, o agente Abílio Pires e outros funcionários da PIDE revistaram a sua casa durante três horas e, a seguir, o escritório, onde encontraram "uns papéis" aí deixados por um agente duplo que, ao serviço da polícia, ali os colocara para o tentar incriminar.

Depois, durante dezanove dias e dezanove noites permaneceu nos célebres "curros", ou "gavetas" de 2,00 x 0,75 e 3,50 de pé direito, sem ar, com catre, um púcaro para água e um escarrador sobre um pequeno banco. De hora a hora, era-lhe perguntado, do exterior, se lá estava... Note-se que de acordo com o artigo 203, do Dec. 26 643 Reforma Prisional — as celas para isolamento têm de ter pelo menos 22 m3. (D.N., *ibidem*)

Ali, a sua almofada era a maleta onde levava escassa roupa. Ao fim de dezanove dias, adoeceu gravemente. De maneira quase imperceptível, durante uma visita, a primeira que lhe foi possibilitada, muitos dias após a sua detenção, avisou a família que, alertada, procurou saber o que se passava. Imediatamente foi arrastado para dentro e os seus familiares (mulher e filhos), com encontrões e safanões, postos na rua, isto no Aljube. Foi contactado o então director da PIDE, Homero de Matos, e o então Presidente do Conselho, Salazar. Procuraram-se médicos que o socorressem, mas, curioso, alguns deles e um conhecido cardiologista, contactados, recusaram-se a assisti-lo com receio... outros não tiveram medo de socorrer um doente: profs. Duela Soares, Frederico Madeira e Arsénio Cordeiro. Mais tarde, esses "curros", onde tantos portugueses padeceram, foram destruídos, tão afrontosos eram, e assim se apagou um vestígio ultrajante. (D.N., *ibidem*)

Constatada a gravidade do seu estado de saúde, foi transferido para Caxias onde permaneceu três meses e meio em completo isolamento. Ao fim de três meses de detenção, sem culpa formada, foi procurado pelo Inspector da PIDE Gomes da Silva, então director dessa cadeia de Caxias, para que obtivesse dinheiro a fim de prestar caução, pois aguardaria em liberdade o julgamento. Mais uma manobra... Depois, em 3 de Janeiro, o processo baixou da PIDE dirigido ao Segundo Juízo Criminal. Arlindo Vicente aguardou. O processo foi devolvido pelo então delegado, José Maria Vaz, que informou não haver matéria para incriminação, mas talvez fosse possível — aconselhava — indiciá-lo como "perigoso"... E o processo foi remetido à PIDE, para continuação da instrução, de acordo com as directivas do delegado. Mais tarde, justificando-se, o então Inspector José Aurélio Boim Falcão exibiu a directiva emanada do Segundo Juízo Criminal, dizendo limitar-se a cumprir ordens. Em Fevereiro de 1962, regressou o processo e foi, então, indiciado como "perigoso", somente porque cumpriu o mandato da Nação e fruía dos direitos políticos que a Constituição lhe consentia.

Melhor e mais sugestiva será a transcrição de parte da carta que Arlindo Vicente, na situação de encarcerado dirige ao Juiz Corregedor Dr. António de Almeida Moura, a propósito da sua prisão:

"[...] No dia 30 de Setembro de 1961, um sábado, seriam nove horas, dirigia-me ao meu escritório, desde a minha habitação, no 3.º andar n.º 32, da Avenida Manuel da Maia. — Ainda não tinha feito um só dia de férias — para ultimar os trabalhos para o dia 1 de Outubro

dado que no domingo seguinte tencionava passá-lo numa propriedade que adquirir e tinha em obras (na Vialonga), quando me vi cercado por vários indivíduos que exibiam cartões. Disseram-me que eram da Polícia Política e que estavam a organizar um processo e desejavam ouvir-me, mas, antes, queriam passar uma busca na minha habitação. Acompanhei-os ao 3º andar e aí remexeram tudo e levaram alguns papéis. Seguidamente fomos para o escritório e aí, já se encontrava desde manhã, outro grupo, remexeram também e levaram alguns papéis. Juntaram todos e fomos para a PIDE.

Pela tarde entrei no Aljube. Comecei a subir as escadas acompanhado de um guarda. Um outro, no patamar do 1º andar, disse que não era para cima, que era para ali. Desci alguns degraus e fui conduzido a um corredor onde havia uma parede longa com uma série de portas, metro a metro. Claro que os guardas tinham ordens para me meter ali. Aberta uma das portas, deparei com outra porta e a seguir um buraco, nele um catre, coberto com uma serapilheira e duas mantas. Ao lado um escarrador sobre uma banqueta e um púcaro de alumínio para água. O buraco não tinha luz. Esta vinha da parte exterior quando se abria a porta, o que acontecia para ir à retrete. O buraco mede quando muito um metro de largo. Ali me meteram. Os gavetões como são conhecidos dão uma angustiada sensação de asfixia e desespero. Dos outros, de dezenas de gavetões, vinha uma contínua notícia pela tosse, noite e dia, de outros presos e os contínuos toques de campainha, de outras vítimas. A sensação de afronta humana é perfeitamente conseguida. Logo pedi um médico. Disseram-me que viria na 2ª feira e veio. Quando lhe fui presente, queixei-me das instalações, da minha saúde e da idade para suportar aquilo. Não lhe falei, claro, da minha inocência. Disse-me que não era com ele. Falei-lhe da minha dificuldade de respiração e dos meus pulmões, com várias crises anteriores; da minha arteriosclerose, da minha deformação nasal e da minha dificuldade de respirar. Pedi-lhe que me consentisse que minha família me fornecesse uma almofada, para encostar a cabeça, pois até ali o fazia sobre o casaco e as calças dobradas. Não era com ele. Voltei para o buraco e nessa tarde queixei-me na Polícia, onde fui para rubricar os papéis mas disseram-me "ignorar como aquilo era". Lamentei que me prendessem sem ter um local humano onde me metessem. Pedi o nome do médico assistente. Retinham a minha correspondência, até a profissional. No dia 8 de Outubro senti-me mal. O médico não vinha. Eu não podia falar claramente à minha família e, onze dias depois de chamado, apareceu o médico. Eu tinha tido um enfarte de miocárdio. Procuraram ocultar-lhe o meu estado e a minha desgraça, quando eu não devia ignorá-lo e só por acaso o descobri. Não consegui que me fizessem oportunamente o tratamento específico da doença". (Carta, *ibidem*)

Perante o tribunal plenário

Depois foi a defesa desse processo; dele se encarregou o colega Constantino Fernandes. Houve que demonstrar que Arlindo Vicente não era perigoso. Ouviram-se, pois, testemunhas que demonstraram que o País não perigava com a sua existência. Muitos amigos contactados, recusaram, confessando o medo de depor a seu favor. No entanto, perante o então juiz Dr. Almeida Moura prestaram declarações por escrito corajosas personalidades daquela época, algumas até, afectas ao regime. E o processo prosseguiu e sempre preso...

Ao tempo deste seu primeiro processo — o de perigosidade — Arlindo Vicente, tomando então a sua defesa na carta dirigida ao Juiz corregedor Almeida Moura, que temos citado, concluiu com frontalidade:

"[...] do processo não falarei, mas devo dizer que é todo falso e malévolo, verdadeiramente tecido e inventado para me tirar a liberdade e a saúde. Por demais, bastará dizer que até hoje, e apesar dos meus instantes pedidos, não recebi a visita da Ordem dos Advogados e nem sequer do meu advogado constituído, a quem entreguei a defesa da minha liberdade e da minha honra [...]

— Porque fui candidato à Presidência da República, sou vítima de um insidioso, falso e malévolo processo, onde somente ressalta o desejo da minha aniquilação:

— Tal processo não é o meu retrato, mas o retrato da PIDE.

— Com o seu processo contra o signatário mostram o seu inteiro desrespeito pela Lei e pela Justiça.

— Tais factos, e a circunstância de termos chegado, no nosso País, ao extremo limite de ver destruídos todos os direitos cívicos fundamentais e até na profissão do signatário serem, como a polícia pretende, coarctados os direitos de livre exercício, impuseram a actuação do homem e do advogado nessas eleições.

— As alegações que pretendem a minha prisão, mostram claramente o arbitrário de que são passivos todos aqueles que aceitam o partido único, como solução nacional imposta.

Por tudo, eu,

— Como um desses homens mas criado e educado na fé da lei e da justiça, da pureza e da independência delas, até ao fim dos séculos.

Espero a minha liberdade.

Cadeia de Caxias, Reduto Norte, 1 de Fevereiro de 1962.

O presidiário

a) Arlindo Augusto Pires Vicente

"Espero a minha liberdade" — dizia nela Arlindo Vicente, candidato às pseudo-eleições de 1958, preso pelo simples facto de ter sido candidato opositorista, por desejar uma liberdade que [Salazar] por quatro décadas negou aos seus compatriotas. "Espero a liberdade" — dizia Arlindo. E todos os portugueses podiam repetir esta palavra sua: Espero a minha liberdade. Esperamos a nossa liberdade. Porque Portugal esperava a Liberdade. [...] [Salazar] não permitiria que essa esperança se cumprisse. A sua liberdade penal só viria em Julho de 1962. (cf. João Medina, *História Contemporânea de Portugal, ibidem*).

Entretanto, porque se averigou da inconsistência da acusação de perigosidade, e, assim porque as medidas de segurança de seis meses se aproximavam do fim, a PIDE forjou novo processo, desta vez acusando-o de prática de actos subversivos. Da acusação consta que foi advogado de defesa de elementos do Movimento da Unidade Democrática, que foi candidato a deputado em 1957, que se unira a Humberto Delgado em 30 de Maio de 1958, que subscreveu um pedido para Salazar se afastar e até... acusado de jornais como *L'Humanité* e *Avante* terem noticiado a sua prisão!... E assim aguardou o julgamento sempre em Caxias, julgamento que teve lugar em 12 e 13 de Julho de 1962, perante os não menos célebres juízes Caldeira e Borges de Castro, do Plenário. Foi condenado a 20 meses de prisão correcional e suspensão dos direitos políticos durante cinco anos, apreensão do material do seu escritório, etc...

Durante o período em que esteve preso no Aljube e em Caxias e enquanto a PIDE ia inventando diversas achegas para o processo, de conivência com as mais elevadas autoridades judiciais, não se publicaram notícias, excepção feita à observação publicada por *O Século*, em 1 de Novembro de 1961, em período de eleições para deputados. Estando Arlindo Vicente no Aljube esse jornal relata, numa conferência de imprensa, as condições injuriosas e degradantes em que o Governo de Salazar o tinha encerrado. Não se percebe como essa notícia rompeu a malha da censura. Foi a única sobre a sua prisão. Muitos amigos e conhecidos iam ter com os seus familiares e davam-lhes os pêsames! Mais nenhum jornal houve que comunicasse notícias sobre a sua prisão ou sobre as sevícias de que estava a ser vítima. Ignora-se ainda hoje, de que crime foi acusado, até porque muitos dos factos que lhe atribuíam não eram sequer possíveis no tempo. Saiu doente. Caxias era insalubre e os "curros" do Aljube arrasaram-lhe o coração.

Acrescenta-se que o processo de perigosidade, que o poderia manter eternamente na cadeia, foi determinado e assinado por um

antigo discípulo em Coimbra e amigo de velha data que, apavorado com a possibilidade de prejudicar a sua carreira profissional, entendeu por bem proceder dessa forma.

Que espécie de homens eram estes que, como juizes, se sujeitavam a vender a sua consciência ao serviço de tribunais ordenados pelas polícias?

Arlindo Vicente faleceu em Lisboa, no dia 24 de Novembro de 1977, com 71 anos — mas faleceu já depois do raiar da liberdade em Portugal, essa liberdade que a sua indomável voz pedira do fundo do cárcere, mais de uma década antes, (*idem, ibidem*).

Arlindo Vicente. O homem e o político



Arlindo Vicente estudante.



Arlindo Vicente com o seu amigo e colega o poeta Brito Câmara em Coimbra.



Campanha de Arlindo Vicente. Conferência de imprensa (Maio de 1958).



Campanha em Aljustrel (Maio de 1958).

ELEIÇÕES PARA A PRESIDENCIA DA REPÚBLICA



DR. ARLINDO VICENTE
CANDIDATO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA

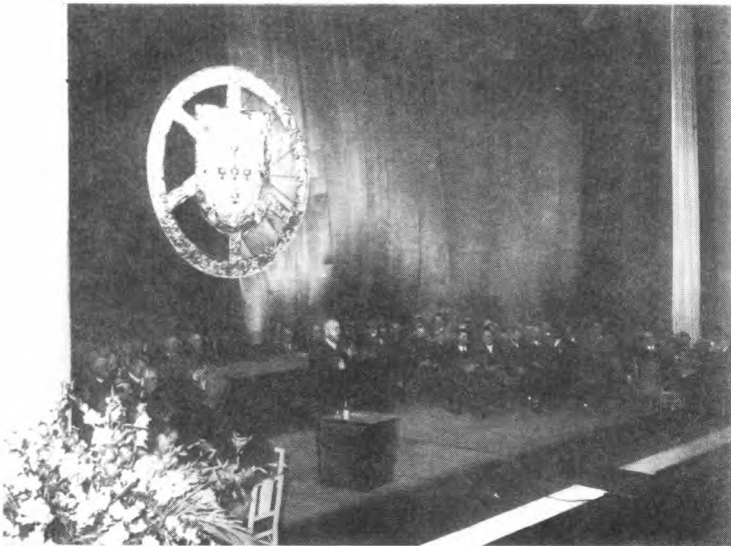
Bilhete postal de propaganda.



Sessão do comício em Coimbra em 1958 no Teatro Avenida.



Chegada de Arlindo Vicente à estação de S. Bento (Porto). Maio 1958.



Campanha de Arlindo Vicente (Maio de 1958). Sessão no Coliseu do Porto.

PORTUGUESES

A Oposição Independente e a Oposição Democrática, representadas pelos seus Candidatos à Presidência da República, Senhor General Humberto Delgado e Senhor Dr. Arlindo Vicente, em face da necessidade de estabelecer, nas urnas, uma unidade de acção contra o Governo da Ditadura, verificaram ser útil, e até decisivo, proceder imediatamente a tal unidade e, para isso, estabelecer a actuação comum nos seguintes termos, que se comunicam à Nação:

As Candidaturas prosequirão, a partir desta data, a trabalhar em conjunto, e afinal, representadas nas urnas por um só Candidato, o General Humberto Delgado, que se compromete, por sua honra e salvo caso de força maior, a tornar efectivo o exercicio do voto até às urnas e a estabelecer, em caso de êxito, o seguinte:

- a) Condições imediatas de aplicação do artigo 8.º da Constituição;
- b) Exercício de uma lei eleitoral honesta;
- c) Realização de eleições livres até um ano após a constituição do seu Governo;
- d) Libertação dos presos políticos e sociais;
- e) Medidas imediatas tendentes à democratização do País.

VIVA PORTUGAL! VIVA A LIBERDADE!

Lisboa, 30 de Maio de 1958

aa) Humberto Delgado
Arlindo Vicente

Manifesto conjunto de Humberto Delgado e Arlindo Vicente.



Humberto Delgado e Arlindo Vicente (Maio de 1958).



Arturo de Sotomayor no 2º Congresso Republicano de Aveiro (Maio de 1969).